

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.604 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**IMPTE.(S)** : **MARCELINA MARIA FERREIRA VERAS**  
**ADV.(A/S)** : **JOSÉ ANTONIO DE SIQUEIRA NUNES**  
**IMPDO.(A/S)** : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

Mandado de segurança. 2. Concurso público. MPU. 3. Notificação da impetrante via postal do indeferimento do recurso administrativo no qual pleiteava o reconhecimento da condição de portadora de deficiência. 4. Posterior convocação para realização da perícia médica somente mediante a publicação de edital. 5. Não comparecimento. 6. Não é razoável exigir que candidato que tomou conhecimento do indeferimento de seu pleito administrativo por meio de correspondência seja obrigado a continuar acompanhando as publicações referentes ao certame para o qual concorria. 7. Banca examinadora deveria diligenciar no sentido de que a candidata fosse convocada para perícia médica pelo mesmo meio com que foi cientificada do indeferimento do seu pleito. 8. Segurança concedida e agravo regimental julgado prejudicado

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, conceder a segurança e, em consequência, julgar prejudicado o regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de novembro de 2011.

*Ministro* **GILMAR MENDES**

*Relator*

*Documento assinado digitalmente*

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.604 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**IMPTE.(S)** : MARCELINA MARIA FERREIRA VERAS  
**ADV.(A/S)** : JOSÉ ANTONIO DE SIQUEIRA NUNES  
**IMPDO.(A/S)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por Marcelina Maria Ferreira Veras, em face do Procurador-Geral da República, em razão de sua eliminação do concurso público para provimento de cargos do Ministério Público da União.

A impetrante alega que se inscreveu para concorrer a uma das vagas destinadas ao cargo de Técnico Administrativo, na condição de portadora de deficiência, todavia sua inscrição foi indeferida.

Salienta que apresentou recurso administrativo, mas que apenas obteve resposta via postal, em 12 de novembro de 2010, relatando o indeferimento.

Afirma, entretanto, que, no dia 7 de dezembro de 2010, o CESPE publicou o Edital n. 31 noticiando a ocorrência de erro material e convocando-a para a realização da perícia médica.

Sustenta que, em virtude do recebimento do documento noticiando que não poderia concorrer às vagas especiais, deixou de acompanhar as publicações referentes ao certame e, portanto, não compareceu à perícia médica, tendo sido, por esse motivo, desclassificada do concurso.

Assevera, por fim, que não pode ser prejudicada por erro cometido pelo CESPE e pelo MPU.

Requer a concessão de medida liminar para realizar a perícia médica e, constatando-se a deficiência, seja habilitada a concorrer à vaga para qual se inscreveu. No mérito, pugna pela concessão definitiva da segurança para confirmar a liminar concedida.

O pedido liminar foi deferido para determinar à banca examinadora que procedesse à perícia médica da impetrante. Em face dessa decisão, a União interpôs agravo regimental, aduzindo, em síntese, que é da



**MANDADO DE SEGURANÇA 30.604 DISTRITO FEDERAL**

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Assiste razão à impetrante.

Colhe-se dos autos que a impetrante foi comunicada do indeferimento de seu recuso administrativo por meio de correspondência da banca examinadora (Instrução 35 – Doc. 9).

Contudo, após a referida comunicação via postal a banca entendeu por bem que a candidata preenchia os requisitos necessários para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência física, motivo pelo qual a convocou para realização da perícia médica apenas por intermédio de publicação de edital (Instrução 24 – Doc. 10).

A impetrante afirma que em virtude do recebimento de correspondência informando o indeferimento do pleito administrativo, deixou de acompanhar as publicações referentes ao certame e por essa razão não tomou conhecimento da convocação para realização da perícia médica.

É certo que o edital do certame determina que é da responsabilidade dos candidatos acompanhar todas as publicações referentes ao concurso. É correto também que essa determinação é perfeitamente legítima.

Entretanto, no presente caso, restou configurada enorme disparidade entre as atitudes da banca examinadora. Por um lado, comunica à candidata do indeferimento do recurso administrativo por via postal, o que lhe retira todas as expectativas de prosseguir no certame e, por outro, ao constatar um erro e convocá-la para realização da perícia médica, o faz apenas por intermédio de publicação de edital.

Nesses termos, entendo que, diante do recebimento da referida correspondência, não era razoável exigir-lhe que continuasse a acompanhar as publicações sobre o certame.

Constatado o erro por parte da banca examinadora, deveria ela diligenciar no sentido de que a candidata fosse informada pelo mesmo meio pelo qual foi cientificada do seu “insucesso” – diga-se do indeferimento do recurso administrativo.

**MS 30.604 / DF**

Ante o exposto, diante da patente violação do direito líquido e certo da impetrante, meu voto é pela concessão definitiva da segurança e, consequentemente, pela prejudicialidade do agravo regimental.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**MANDADO DE SEGURANÇA 30.604**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

IMPTE.(S) : MARCELINA MARIA FERREIRA VERAS

ADV.(A/S) : JOSÉ ANTONIO DE SIQUEIRA NUNES

IMPDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** concedida a segurança e, em consequência, prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 29.11.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Karima Batista Kassab  
Coordenadora